

ENCONTROS ÉTNICOS EM SITUAÇÕES DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Regina Weber

A manifestação da etnicidade, isto é, a percepção por parte de um indivíduo ou grupo de sua condição étnica, é um fenômeno que ocorre em situações que colocam indivíduos de diferentes grupos étnicos em contato: “eticidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos culturais atuando dentro de contextos sociais comuns” (Cohen, p.XI). A partir das primeiras décadas deste século, uma determinada forma de encontro étnico dá-se no sul do Brasil em decorrência de processos históricos diferentes e confluentes: a ocupação de várias áreas rurais por imigrantes europeus no século passado; posterior urbanização e industrialização de muitos destes núcleos coloniais¹; imigração europeia, já no século 20, de mão-de-obra qualificada (“técnicos”) ou de indivíduos com recursos para se estabelecerem como empresários. Através de uma releitura de pesquisas realizadas nos Estados do sul do Brasil, este estudo propõe uma análise da construção social de identidades étnicas.

A ocupação dos lotes coloniais foi bastante homogênea em termos de origem étnica. Mesmo em “colônias” fundadas sob a orientação explícita de evitarem-se os “quistos” étnicos – como é o caso de Ijuí (RS), fundada nos primeiros anos da República –, lotes de terras vizinhos (na mesma “Linha”) foram atribuídos a grupos de procedência semelhante. É o processo de urbanização que intensificará os encontros cotidianos entre grupos etnicamente diferenciados; mais exatamente, é no inevitável contato nos espaços da cidade que certas diferenças serão acentuadas, afirmadas e outras minimizadas, isto é, a identidade de um grupo é construída ao mesmo tempo que a do(s) outro(s).² A identificação deste ou daquele grupo e a valorização ou a estigmatização de determinados

Regina Weber é professora no Departamento de História da UFRGS.

Este texto, com pequenas modificações, corresponde à comunicação apresentada no Brazilian Studies Association Conference - BRASA IV, em Washington D.C., novembro de 1997, no painel “Diálogos Interculturais”. A viagem ao congresso contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

traços diacrônicos associados aos membros destes grupos é, portanto, menos um reconhecimento de diferenças étnicas e mais uma “luta de classificações” por meio da qual os sujeitos sociais classificam a si e aos outros, apropriando-se de práticas e propriedades já classificadas como vulgares ou distintas, elevadas ou baixas (Bourdieu, 1979). Estas classificações revelam tanto uma simplificação do que é complexo quanto o poder de “nomeação” de um grupo sobre o outro.

Nestas áreas ocupadas por “colonos” imigrantes foi-se gestando, com o aparecimento das novas gerações nascidas no Brasil, a categoria “de origem” para designar principalmente aqueles que descendiam dos pioneiros imigrantes europeus. Reconheciam-se basicamente três origens: alemães, italianos e poloneses. Essas classificações, que permaneceram predominantes até os anos 80 quando a proliferação de festividades étnicas ensejou a multiplicidade,³ possuíam a funcionalidade de considerar o indivíduo por seu grupo étnico e não por sua nacionalidade: devido às correntes migratórias europeias de séculos passados e às disputas geopolíticas, as nacionalidades russa e romena, bastante freqüentes entre os imigrantes, ocultavam, na verdade, as etnias polonesa e alemã. Por outro lado, diferenciações como austríacos, suecos, vênnetos, calabreses, tirolezes, etc., subsumiam nas categorias mais amplas de “alemães” ou “italianos”.

Entre os “de origem” havia diferenciações, tais como as que associavam ao polonês uma menor disposição para o trabalho e ao alemão o protótipo do colono que, com seu esforço e dedicação, trouxe o desenvolvimento a determinadas cidades. As condições objetivas que propiciaram o surgimento da figura estigmatizada do “polaco” variam conforme a região: no interior do Rio Grande do Sul, uma primeira geração de poloneses, constituída por ex-operários de uma grande fábrica que falira, não teria se adaptado ao trabalho agrícola; em Curitiba, os fluxos migratórios mais numerosos teriam chegado quando “a comunidade já se encontrava *saturada* de imigrantes (alemães e italianos principalmente) necessários ao desenvolvimento econômico da área” (Ianni, p.193). De qualquer forma, uma vez postos a andar, os estereótipos revelavam sua força de enquadramento.

Contudo, a classificação mais peculiar dessas regiões de colonização, fornecendo um instigante material para os estudos de etnicidade, é a que distingue os “de origem” dos “brasileiros”. Essa clivagem não reconhece a nacionalidade de fato e desvia da distinção mais geral do país que separa brancos de negros. Ao agrupar sob o rótulo de “brasileiros” todos os descendentes de portugueses, negros e mestiços, habitantes mais antigos, afirma-se, por contraste, a condição daqueles que descendem dos imigrantes

que desbravaram e cultivaram as terras cobertas de matas e depois instalaram oficinas e manufaturas, isto é, aqueles que chegaram depois, mas que foram os que realmente trouxeram o desenvolvimento agrícola e manufatureiro (o “progresso”). Neste nível de categorização, a capacidade de trabalho é vinculada aos “de origem” como um todo, por oposição aos “brasileiros”, tidos como menos dispostos ao trabalho (Seyferth, 1990, p.91).

É no contexto urbano que essas categorias passam a ser operadas com mais frequência, justamente porque o encontro entre grupos diferentes torna-se mais intenso. E, nas cidades, as fábricas vão tornar-se o *locus* privilegiado de contatos interétnicos.⁴ Ao desenvolverem um mercado de trabalho fabril, as cidades de áreas de colonização – e no início principalmente as de colonização alemã – passaram a atrair populações de outros municípios, seja os de ocupação luso-brasileira (núcleos mais antigos, não formados por colonização dirigida), seja os das “colônias velhas”.⁵ Se os conflitos se manifestam na luta pela satisfação de interesses (Bourdieu, 1979, p.556), um mercado de trabalho em expansão e necessitado de trabalhadores para diferentes tarefas fazia com que as disputas surgissem menos na busca do emprego e mais nas desiguais ofertas de postos de trabalho.

Nos extremos dessas alocações do trabalho fabril estavam, de um lado, os negros, aos quais eram atribuídos as atividades mais pesadas e desqualificadas, e, de outro, os estrangeiros (imigrantes recentes) com experiência de trabalho industrial, que tornaram-se os “técnicos”. Tanto os estereótipos – de maior ou menor dedicação ao trabalho – estavam na base da escolha dos patrões quanto este “alocamento étnico” da mão-de-obra acabava por legitimar e reforçar aqueles. A preferência por trabalhadores estrangeiros ou “de origem”, como indicam inúmeros relatos de velhos operários, por parte de patrões, eles mesmos estrangeiros ou “de origem”, sugere um alinhamento étnico intrafábrica sobrepondo-se às relações de classe. Mesmo entre os operários, alusões à menor disposição ao trabalho por parte de “caboclos” ou “brasileirinhas” são recorrentes (Seyferth, 1982; R. Weber, 1996, p.255).

Convém observar que os estereótipos étnicos não estão sendo aqui tratados apenas como construções ideológicas de grupos dominantes com maior poder de nomeação (Bourdieu, p.560) que outros. Diferenças culturais, historicamente construídas, levaram à constituição tanto da “ética do trabalho” quanto ao que pode ser denominado de “ética hedonista” (Coradini, 1996). O que deve ser analisado é como essas diferenças foram manipuladas como signos de distinção e instrumentos de poder nas relações entre grupos sociais.

A conjuntura política das décadas de 30 e 40 vem modificar as posições dos grupos étnicos nas categorizações sociais. Com a ênfase doutrinária na “brasileidade” e com a Campanha da Nacionalização, invertem-se as posições dos “brasileiros” e dos “de origem”: aqueles podem jactar-se de serem os legítimos representantes da nacionalidade brasileira e estes passam a ser suspeitos de não estarem integrados ao País por manterem escolas, missas e jornais em língua estrangeira e, principalmente, por não dominarem o idioma nacional (Seyferth, 1981; R. Weber, 1994). Cálculos demográficos são realizados para demonstrar o quanto o processo de miscigenação, do qual se esperava a formação de uma “raça brasileira”, era insuficiente, sendo os alemães apontados como os mais reticentes aos casamentos mistos.⁶ Para neutralizar tais peculiaridades culturais, agora transformadas em deficiências, os representantes das comunidades “estrangeiras” lembram o desenvolvimento trazido às regiões onde se instalaram imigrantes, indo ao encontro de uma outra bandeira ideológica do Estado Novo, o trabalho (ver Gomes, 1982).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após a entrada do Brasil no conflito mundial, a questão étnica passa de problema social a problema político e de polícia. Em todo o País, nas cidades onde convivem habitantes de origens sociais e étnicas – mas não necessariamente de nacionalidades – diferentes, assiste-se a denúncias seguidas de prisões e confisco de aparelhos de rádio ou livros e mesmo de quebras-quebras. Ao incentivar a delação, a ditadura varguista do período da guerra faz com que vizinhos denunciem vizinhos e trabalhadores denunciem outros trabalhadores, o que acaba por cimentar identidades étnicas verticais entre patrões e empregados. Reagindo ao fato de terem-se tornado cidadãos sob suspeita, descendentes de alemães lembram que as denúncias eram feitas pela “gente mais baixa”, entenda-se, pelos “brasileiros” alçados à posição de agentes nacionalizadores.

Esta breve incursão em alguns estudos históricos e antropológicos sobre a questão étnica no sul do País mostra que quaisquer estudos sobre identidade nacional ou identidade de classe na sociedade brasileira deverão considerar o peso da identidade étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979. (“Classes et classements”, p. 543-564)
- COHEN, Abner. The lesson of ethnicity. In: _____ (org.). *Urban ethnicity*. London: Tavistock, 1974, p. ix-xxiv.

- CORADINI, Odaci Luiz. Os significados da noção de "italianos". In: MAESTRIFILHO, Mário (org.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.151-166.
- IANNI, Octávio. A situação social do polonês. In: ____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 [1958], p. 167-195
- MÜLLER, Telmo L. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- _____. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n.37, 20 out. 1982.
- _____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990.
- WEBER, Regina. *Os operários e a colméia*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996.
- _____. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil- cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p.105-119.

NOTAS

1. "O termo 'colônia' designa tanto uma região colonizada, ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos- uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo 'colônia' também é usado para designar a propriedade agrícola do colono" (Seyferth, 1990, p.25, n.2).
2. Em áreas de fronteira entre agrupamentos rurais vizinhos certamente processavam-se contatos, mas não é esse tipo de interação que está sendo aqui analisado.
3. Em Ijuí, por exemplo, desde meados dos anos 80 existe a FENADI, Festa Nacional das Culturas Diversificadas.
4. Os estabelecimentos comerciais destas cidades oriundas da ocupação colonial, por atenderem uma população ainda majoritariamente rural, davam preferência a balconistas que, além do português, dominassem o idioma predominante na região; assim, em áreas de colonização alemã, por exemplo, poloneses e luso-brasileiros eram candidatos apenas aos empregos fabris não-burocráticos.
5. No Rio Grande do Sul, assim são designadas as zonas de ocupação mais an-

tiga e de onde provinham os teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros.

6. Isto certamente é verdadeiro para o caso dos alemães protestantes, para os quais a filiação étnica justapõe-se à religiosa, e o casamento com um indivíduo de outro grupo étnico significaria, muito provavelmente, o casamento com um católico.